

Historiografia(s) da participação das mulheres na luta armada de libertação nacional de Moçambique

Historiografía(s) de la participación de la mujer en la lucha armada de liberación nacional de Mozambique

Historiography(ies) of women's participation in the armed struggle for national liberation in Mozambique

MARIA DE ALEGRIA SALOMÃO COUANE¹ 

Resumo: Este artigo analisa a historiografia sobre a participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional de Moçambique, destacando as principais tendências, lacunas e contribuições no campo acadêmico. A pesquisa revela que, apesar do envolvimento ativo das mulheres na luta, sua participação muitas vezes foi minimizada ou reduzida a papéis secundários nas narrativas históricas. O estudo revisa as abordagens metodológicas adotadas, as dificuldades enfrentadas na coleta de fontes e a influência de perspectivas feministas na valorização do papel feminino na descolonização. Ao refletir sobre a construção dessas narrativas, o artigo contribui para uma compreensão mais abrangente da luta de libertação moçambicana.

Palavras-chave: Historiografia moçambicana. Luta de Libertação. Mulheres.

Resumen: Este artículo analiza la historiografía sobre la participación de la mujer en la Lucha Armada de Liberación Nacional de Mozambique, destacando las principales tendencias, lagunas y contribuciones en la investigación académica. El estudio revela que, a pesar del papel activo de las mujeres en la lucha, su participación a menudo ha sido minimizada o reducida a posiciones secundarias en las narrativas históricas. La investigación revisa los enfoques metodológicos adoptados, los desafíos en la recopilación de fuentes y la influencia de perspectivas feministas en la valorización del papel de las mujeres en la descolonización. Al reflexionar sobre la construcción de estas narrativas, el artículo contribuye a una comprensión más amplia de la lucha de liberación mozambiqueña.

Palabras clave: Historiografía mozambiqueña. Lucha de Liberación. Mujeres.

Abstract: This article analyzes the historiography of women's participation in Mozambique's Armed Struggle for National Liberation, highlighting key trends, gaps, and contributions in academic research. The study reveals that, despite women's active involvement in the struggle, their role has often been minimized or relegated to secondary positions in historical narratives. The research reviews methodological approaches, challenges in data collection, and the influence of feminist perspectives in recognizing women's role in decolonization. By reflecting on the construction of these narratives, the article contributes to a broader understanding of Mozambique's liberation struggle.

Keywords: Historiography Mozambican. Liberation struggle. Women.

¹ Mestranda em História de Moçambique e África Austral pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Graduada em História e Especialista em História e Documentação pela mesma instituição. Atua no Arquivo Histórico de Moçambique.

Considerações iniciais

O presente artigo propõe uma análise da historiografia sobre a participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional de Moçambique, com o objetivo de refletir sobre como a produção acadêmica tem abordado o tema ao longo dos 50 anos de independência do país. A partir de um levantamento crítico da bibliografia existente, busca-se compreender as principais tendências, lacunas e perspectivas que emergem desse campo de estudo, destacando os enfoques, limitações e contribuições das obras analisadas.

A escolha desta abordagem se justifica pela necessidade de sistematizar e problematizar o que já foi produzido sobre o papel das mulheres no processo de descolonização. Num momento em que se celebram os 50 anos de independência das antigas colônias portuguesas em África – Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, parece prevalecer a ideia de essas contribuições continuam sub-representadas nas narrativas dominantes. Em muitas “estórias”, a “história” de luta é dos homens “pretos” contra homens “brancos” e vice-versa. Este artigo, portanto, concentra-se exclusivamente na análise das produções bibliográficas existentes, por forma a analisar como tais produções historiográficas abordam a questão do gênero na luta de libertação de Moçambique.

No decorrer da análise, são abordadas questões-chave, como a presença (ou ausência) das mulheres nas narrativas históricas da luta de libertação, a construção discursiva de seus papéis, e as formas como a historiografia lidou com os desafios de representar adequadamente sua participação. Observa-se que muitas das obras disponíveis enfatizam, de maneira desigual, os feitos das lideranças masculinas, relegando as mulheres a papéis secundários ou limitando sua presença a funções específicas, como o suporte logístico.

Além disso, o estudo destaca os esforços de autoras e autores que buscaram trazer à tona as histórias e experiências das mulheres, ainda que frequentemente enfrentando dificuldades relacionadas à escassez de fontes ou à resistência em reconhecer plenamente sua relevância no contexto da luta armada. Esta produção historiográfica permite mapear a evolução do debate sobre a temática e identificar como as perspectivas feministas e de gênero contribuíram para uma maior visibilidade da participação feminina no movimento de libertação.

Ao propor esta reflexão, o artigo busca oferecer uma base sólida para futuras investigações e discussões sobre o tema, apontando caminhos para superar as lacunas historiográficas e promover uma leitura mais inclusiva da luta pela independência de Moçambique. Ao mesmo tempo, espera-se estimular o interesse acadêmico e social em revisitar as narrativas da descolonização, reconhecendo a centralidade das mulheres como agentes históricos.

Em termos metodológicos, a elaboração do presente artigo baseou-se na pesquisa bibliográfica de obras e artigos acadêmicos disponíveis em instituições de referência na cidade de Maputo, incluindo o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), o Centro de Estudos Africanos (CEA) e o Arquivo de Patrimônio Cultural (ARPAC). A seleção das fontes seguiu critérios de relevância e contribuição para o estudo da participação feminina na Luta Armada de Libertação Nacional, garantindo uma abordagem ampla e diversificada sobre o tema.

No Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), foi consultada a obra de Isabel Maria Casimiro (2004), que oferece uma análise detalhada sobre o movimento feminista e os desafios da emancipação feminina em Moçambique no contexto da luta pela independência. A abordagem da autora permitiu compreender como as mulheres se organizaram politicamente e os obstáculos que enfrentaram para conquistar maior visibilidade e reconhecimento.

No Centro de Estudos Africanos (CEA), foram analisadas obras sobre a história da FRELIMO, destacando o processo da Luta Armada de Libertação Nacional, bem como um panfleto intitulado 25 de Setembro de 1964, Proclamação ao Povo Moçambicano, que contém informações fundamentais sobre os primeiros momentos da luta em Chai e sua posterior expansão para outras províncias, como Zambézia e Tete.

Já na biblioteca do Arquivo de Patrimônio Cultural (ARPAC), foram examinadas as obras de Malique Matusse (2008), que aprofunda a discussão sobre a emancipação da mulher moçambicana, e de Barbara Isaacman & June Stephen (1981), que evidencia as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, especialmente no acesso à educação, um dos principais entraves à sua participação ativa no processo de independência. A análise dessas fontes possibilitou a construção de um panorama historiográfico mais abrangente, que serviu de base para a redação final do artigo.

Notas contextuais sobre a luta armada de libertação de Moçambique

A Luta Armada começou no dia 25 de setembro de 1964. A FRELIMO consolidou sua posição em Niassa e Cabo Delgado, libertando várias áreas, incluindo as chamadas zonas libertadas (Departamento de trabalho Ideológico, 1980). Com o avanço da guerra, o colonialismo português intensificou suas ofensivas, evidenciado pelo aumento do contingente militar português, que em 1967 já somava cerca de 60.000 soldados em Moçambique. Além disso, a PIDE reforçou sua política de infiltração, ampliando o número de agentes secretos dentro da FRELIMO (Centro de Estudos Africanos, *s/d*).

Por volta de 1967, foi criado o Destacamento Feminino, iniciativa que enfrentou resistência de alguns homens contrários à participação da mulher no conflito armado. No prosseguimento deste processo, entre os dias 20 e 25 de junho de 1968, realizou-se em Matchedje, na província de Niassa, o segundo congresso da FRELIMO, no qual Eduardo Mondlane foi reeleito presidente. Ele manteve os planos delineados no primeiro congresso, focando no combate ao racismo, tribalismo, exploração do homem pelo homem, elitismo e na promoção da emancipação feminina (Casimiro, 2004).

A participação da mulher na Luta de Libertação Nacional pode ser analisada em duas fases. Na primeira, na década de 1960, a mulher sofreu grande discriminação. Muito antes, no início do nacionalismo em Moçambique, sua participação começou a ser considerada com a fundação da FRELIMO, em 25 de junho de 1962. A partir do primeiro congresso da FRELIMO, realizado na Tanzânia, criou-se condições para a integração das mulheres, que passaram a mobilizar esforços para avançar na luta, fortalecer sua formação sociocultural e apoiar as organizações sindicais femininas.

Foi nesse contexto que surgiu a “LIFEMO” (Liga Feminina de Moçambique), a primeira organização do gênero, posteriormente substituída pelo Destacamento Feminino, criado em 1967. Através dessa estrutura, as mulheres guerrilheiras lutavam pela liberdade e mobilizavam outras para se juntarem ao processo de Luta Armada de Libertação Nacional, rumo à conquista da independência.

O argumento de Casimiro encontra respaldo na obra de Isaacman, que destaca a discriminação enfrentada pelas mulheres em Moçambique. A dificuldade de acesso a espaços

para expressar suas ideias e demonstrar sua capacidade na luta contra o inimigo representou um grande obstáculo para a emancipação feminina, considerando o passado colonial do país. Durante o período colonial, não havia oportunidades educacionais para as mulheres, que constituíam metade da população moçambicana. Entre 1962 e 1975, estima-se que 98% da população fosse analfabeta, o que dificultava a participação das mulheres na Revolução, (Revista Tempo, 1975).

Entretanto, a partir de 1967, a emancipação feminina ganhou maior visibilidade. Um marco importante foi a concessão de uma bolsa de estudos para Josina Machel no exterior. No entanto, ela optou por permanecer e se juntar ao Departamento da Mulher, criado pelo Comitê Central da FRELIMO em 1968. Após o treinamento militar, foi enviada à província de Cabo Delgado e, em junho do mesmo ano, participou como delegada do segundo congresso da FRELIMO. Mais tarde, chefiou o Departamento de Negócios Estrangeiros, desempenhando um papel fundamental na integração da mulher na luta. Apesar da discriminação anterior, as mulheres conquistaram gradativamente seu espaço, demonstrando coragem até a queda do regime colonial português. O preconceito contra a presença feminina no campo de batalha foi sendo superado, fortalecendo o processo de luta e promovendo melhorias na sociedade.

Atendendo às aspirações criadas pela crescente conscientização política das mulheres moçambicanas, em março de 1973, o Comitê Central da FRELIMO organizou a primeira Conferência da Mulher Moçambicana. A criação da OMM (Organização da Mulher Moçambicana) foi um reconhecimento do papel cada vez mais relevante das mulheres na Luta de Libertação Nacional. Dois anos após o início dos primeiros ataques armados, o Movimento de Libertação decidiu que as mulheres deveriam receber formação política e militar. No ano seguinte, foi criado o Destacamento Feminino dentro do exército de libertação, cuja principal missão era mobilizar as populações. Como descreveu Josina Machel, as mulheres atuavam principalmente nas zonas libertadas, permitindo que os homens prosseguissem com as ofensivas nas áreas prioritárias da luta.

O papel da OMM foi amplamente reconhecido. O jornal *Notícias* enfatizou sua importância na revolução e citou o presidente Samora Machel, que destacou a OMM como uma estrutura fundamental para o enquadramento das mulheres moçambicanas na luta pela emancipação e pela revolução. Além das ações internas, a organização também mobilizava a

opinião pública internacional em favor da causa libertadora e expressava solidariedade à luta de outros povos.

A revolução, para ser efetiva, necessitava da mobilização de todos os explorados e oprimidos, incluindo as mulheres. Para triunfar, era essencial eliminar completamente o sistema de exploração e opressão da mulher, reforçar a luta ideológica contra tentativas de enfraquecer sua participação e garantir sua inclusão plena na revolução (Jornal Notícias, 1976).

O papel das mulheres na luta armada de libertação: emancipação e participação

A elaboração de um guia bibliográfico, para qualquer tipo de estudo, seja de natureza histórica, antropológica ou sociológica, pressupõe o levantamento sistemático das principais obras existentes sobre determinada temática. No caso do presente guia, as obras referentes ao tema são poucas e de difícil acesso para o leitor.

No que se refere à história da FRELIMO, de forma geral, há um número significativo de fontes bibliográficas, como livros, manuais e revistas, que podem auxiliar no processo de pesquisa. No entanto, um dos principais desafios está relacionado às grandes temáticas de maior interesse, como a participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional. Sobre essa temática, as obras disponíveis tendem a apresentar generalizações excessivas e erros metodológicos, tratando casos particulares como se fossem experiências universais.

Por exemplo, o estudo publicado pela própria FRELIMO em 1980 faz uma abordagem generalista ao afirmar que: “[...] a fundação da FRELIMO, em 1962, inicia uma nova fase da resistência do povo moçambicano contra a dominação colonial [...]”. Sob uma perspectiva histórica, nota-se que a generalização está presente no termo “povo”, pois a participação feminina em todos os domínios da Luta Armada só se consolidou a partir de 1964 (Newitt, 1995).

Com o início da luta em 1964, ainda sob domínio colonial, algumas publicações ignoraram a questão da Luta de Libertação Nacional, na qual a mulher estava inserida. A Revista Tempo, por exemplo, criada em 1970, deixou páginas em branco sobre esse tema. Aparentemente, a revista se posicionava como um veículo comprometido em divulgar a verdade. No entanto, é importante destacar que, por volta de 1970, a Luta de Libertação Nacional já estava bem desenvolvida, e a FRELIMO controlava estrategicamente o desenrolar

do conflito. Assim, não parece plausível que a Revista Tempo estivesse verdadeiramente comprometida apenas com a verdade.

Já no período pós-independência, concretamente em 1976, a Revista Tempo passou a ser utilizada como um instrumento de publicação de todo o processo da Luta de Libertação Nacional, que culminou com a vitória do povo moçambicano, conduzido pela FRELIMO. A partir desse período, as publicações sobre o papel desempenhado pela mulher tornaram-se mais frequentes.

De modo geral, a abordagem sobre a participação das mulheres nesse processo reconhece sua importância fundamental para a revolução. No entanto, essa participação ainda é tratada de maneira genérica. Algumas fontes, como a Voz da Revolução, destacam a presença feminina de forma mais expressiva, enfatizando que as mulheres tinham o direito de combater. Nessa revista, frequentemente, eram publicadas vozes de mulheres que haviam participado na Luta de Libertação Nacional, relatando suas experiências e vivências diárias.

Entre as obras de caráter generalizante, destaca-se o estudo de Isabel Maria Casimiro, no qual são exploradas teorias e movimentos sufragistas. Essa abordagem indica que a força dos movimentos feministas residia em sua dimensão internacional ou transnacional. No contexto nacional, houve apenas a adoção de teorias feministas originadas fora de Moçambique, sendo sua implementação um reflexo dessas influências internacionais. No caso da África, e particularmente de Moçambique, o movimento feminista emergiu apoiado pela resistência contra a dominação colonial estrangeira, podendo ser considerado um produto direto da Luta de Libertação Nacional. Esse processo criou espaços para que as mulheres questionassem e transformassem as concepções anteriormente estabelecidas sobre seus papéis na sociedade, tradicionalmente limitados ao de mãe, esposa e filha, em posição submissa e obediente.

No caso específico de Moçambique, a conjuntura internacional favorecia o desenvolvimento do bem-estar coletivo, o que viabilizou a criação de programas para a inserção de diferentes camadas sociais, especialmente durante o período da luta de libertação. Foi nesse espaço que a mulher encontrou seu campo de atuação. Sua presença nos campos de batalha teve um papel fundamental na transformação revolucionária da sociedade moçambicana, conquistando direitos sociais e legais de grande alcance. No entanto, considerando as condições de subdesenvolvimento do país, ainda era difícil disseminar esse conhecimento entre milhões de mulheres e, mais ainda, garantir sua aplicação prática.

O *Jornal Notícias*, fundado em 1926, também traz informações relacionadas aos discursos políticos que exaltam a participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional, retratando essa atuação de maneira positiva. Fora da esfera militar, a mulher continuou a desempenhar um papel-chave em todos os processos de desenvolvimento.

Emancipação da mulher e papel da mulher na de libertação

O contexto da emancipação da mulher durante a Luta de Libertação Nacional não deve ser visto apenas de forma unilateral, ou seja, como resultado exclusivo da vontade das mulheres aliadas à luta contra a exploração, a opressão e a subserviência. A emancipação deve ser compreendida dentro dos parâmetros e ideias revolucionárias da FRELIMO para o desenvolvimento e o triunfo da luta (Casimiro, 2004).

Foi a própria FRELIMO que assumiu essa posição em relação à emancipação da mulher, pois essa medida fortalecia as concepções de luta pela libertação da opressão. Além disso, a emancipação da mulher era entendida como um combate essencial para o progresso da humanidade (Departamento do Trabalho Ideológico, 1980). Nesse sentido, tornou-se uma necessidade fundamental da revolução, uma garantia da sua continuidade e uma condição para o seu triunfo. O objetivo essencial da revolução era a destruição do sistema de exploração e a construção de uma nova sociedade, libertadora das potencialidades do ser humano e reconciliadora com o trabalho e a natureza. É dentro desse contexto que surgiu a questão da emancipação da mulher.

O processo emancipatório da mulher foi crucial, pois não era possível eliminar apenas uma parte da exploração e da opressão. Não se podia arrancar metade das raízes de uma erva daninha sem que ela renascesse ainda mais forte a partir da outra metade que sobreviveu (Cossa, 1986). Dessa forma, para que a revolução triunfasse, era necessário garantir a emancipação das mulheres. O triunfo da Luta Armada de Libertação Nacional exigia a eliminação total do sistema de exploração e opressão, a libertação de todos os explorados e oprimidos e a plena emancipação da mulher.

Nesse contexto, o Comitê Central da FRELIMO, em 1966, decidiu que a emancipação da mulher era parte integrante da luta de libertação. Como as mulheres eram mais oprimidas, humilhadas e exploradas do que os homens, e uma vez que a revolução tinha como objetivo

libertar todo o povo do sistema de exploração imposto pelo colonialismo, a participação feminina na luta tornou-se essencial (Isaacman; Stephen, 1984).

A participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional serviu como pedra angular para a dinâmica e o triunfo da revolução. Assim, a presença feminina na Luta Armada de Libertação Nacional foi uma tarefa fundamental da etapa histórica moçambicana, permitindo a materialização da unidade e criando condições para a transformação da consciência das mulheres. Esse processo levou-as a sentir-se responsáveis, a engajar-se conscientemente, a assumir análises críticas e a compreender que a sociedade também era construída por elas (Casimiro, 1992). Outro aspecto crucial a ser elucidado é que, durante o período colonial, as mulheres, assim como os homens, participaram de várias formas de resistência contra a dominação portuguesa. Desde o início, estiveram envolvidas em atividades nacionalistas que culminaram na decisão da FRELIMO de empreender a luta armada contra o colonialismo português, assegurando a inclusão das mulheres no movimento revolucionário (Organização da Mulher Moçambicana, 1981).

A participação das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional significou: (i) a disponibilidade de trabalhadores gratuitos, cujo esforço total era crucial para o avanço das frentes de batalha (Casimiro, 2004); (ii) a garantia e a dinamização da economia agrária, responsável pela alimentação dos guerrilheiros que combatiam o colonialismo português (Isaacman; Stephen, 1981). O papel das mulheres na Luta Armada de Libertação Nacional está intimamente ligado à sua emancipação e participação ativa. O triunfo da revolução, cujo ápice ocorreu em 1974, deve-se, em parte, ao papel fundamental que as mulheres desempenharam ao longo dos anos de luta (Casimiro, 1992).

Nesse contexto, a participação feminina na Luta Armada de Libertação Nacional manifestou-se de diversas formas, entre as quais se destacam: o transporte de material (Organização da Mulher Moçambicana, 1981); a produção de alimentos para os combatentes da FRELIMO (Cossa, 1986); o trabalho nos campos de saúde e educação estabelecidos pela FRELIMO nas áreas libertadas do controle português (Departamento do Trabalho Ideológico, 1980); além da espionagem das tropas portuguesas e da coleta de informações sobre seus movimentos (Dias; Dias, 1994).

Entretanto, a atuação das mulheres na Luta de Libertação Nacional não se limitou apenas a essas atividades. Muitas delas se engajaram na mobilização dos aldeões para apoiar a

FRELIMO, na explicação de sua política e na conscientização sobre a necessidade de apoiar a Luta Armada de Libertação Nacional (Casimiro, 1986). Além disso, foram responsáveis pela mobilização de jovens para se juntarem aos combatentes da libertação (Imprensa Nacional de Moçambique, 1975). De maneira geral, essas foram algumas das principais contribuições das mulheres na luta armada.

Bibliografia existente sobre a participação da mulher na luta armada de libertação nacional

A visão da literatura sobre a participação da mulher moçambicana na Luta Armada de Libertação Nacional, entre 1962 e 1974, conduziu a um levantamento bibliográfico heterodoxo, devido fundamentalmente à situação colonial que produziu uma legislação discriminatória em relação à posição da mulher na sociedade. A análise dessa participação não se encontra sistematizada nem completa, o que levou à realização de uma pesquisa documental, limitada em termos quantitativos devido à escassez de fontes específicas. O estudo abrange desde textos de caráter antropológico até obras gerais que revelam os mecanismos de funcionamento das sociedades tradicionais e, naturalmente, a inserção da mulher no contexto da luta armada.

Diante dessas dificuldades, optou-se por agregar toda a bibliografia consultada em uma única categoria, descrevendo simultaneamente os elementos que evidenciam o objeto de estudo. No conjunto das obras identificadas, destacam-se os trabalhos de Isabel Maria Casimiro, como *Transformações nas relações homem-mulher em Moçambique, 1960-1974*, publicado pela Universidade Eduardo Mondlane em 1986, no qual a autora explica que a emancipação da mulher moçambicana no que concerne às relações de gênero deve ser entendida em dois contextos: o período colonial, em que a mulher esteve envolvida na luta armada, e o período pós-colonial, no qual a Frelimo revelou-se antagonista da mulher. A autora enfatiza que a luta criou um espaço para a participação feminina, inicialmente motivada por razões instrumentais para intensificar a luta contra o colonialismo.

Outro estudo relevante da mesma autora é *Construindo uma Teoria de Gênero em Moçambique*, publicado nos *Estudos Moçambicanos*, números 11 e 12, pelo Centro de Estudos Africanos. Nesse artigo, a autora analisa a participação da mulher na luta, destacando organizações femininas como a DF, LIFEMO e OMM. Segundo Casimiro, as mulheres desempenharam papéis cruciais na luta armada, atuando como enfermeiras, professoras,

camponesas, secretárias, combatentes, mobilizadoras, transportadoras de materiais e produtoras de alimentos para os guerrilheiros. A autora sublinha que os momentos de maior participação feminina coincidiram com vitórias estratégicas na luta.

A mesma temática é aprofundada na obra *Paz na Terra em Casa: Feminismo e Organizações de Mulheres em Moçambique*, publicada pela Promédia em 2004. O estudo aborda a problemática das organizações femininas entre 1970 e 1990 no contexto dos novos movimentos sociais originados pelo processo de globalização capitalista. Discute-se até que ponto as perspectivas e práticas dessas organizações contribuíram para a superação da exclusão da mulher e para a construção de novas relações de solidariedade entre os gêneros. Além disso, a obra apresenta um panorama histórico sobre a emancipação feminina, destacando o papel fundamental de organizações como a DF, LIFEMO e OMM no sucesso da estratégia revolucionária centrada na luta armada.

Paulina Chiziane também contribui para essa análise com o artigo *Eu Mulher... Por uma Nova Visão do Mundo*, incluído na coletânea *Eu Mulher em Moçambique*, publicada pelo CNUM e AEMO em 1994. A autora faz uma retrospectiva histórica da experiência da mulher moçambicana desde 1962 até os anos 1990, enfatizando sua participação tanto na luta armada quanto no desenvolvimento do país. Para Chiziane, essa participação representou uma forma de justiça social, contribuindo para o avanço da luta libertadora, tanto nas zonas de combate quanto na clandestinidade.

Outras publicações institucionais reforçam a importância da mulher nesse período, como a brochura *A mulher é um elemento transformador na sociedade*, publicada pelo Instituto Nacional do Livro e do Disco em 1980. O documento discute como a mulher, antes vista apenas como um instrumento de prazer pelos colonialistas, passou a ser reconhecida como um sujeito ativo na luta, reivindicando igualdade de direitos e incentivando uma maior participação feminina na libertação nacional. O *1º Congresso da Liga Feminina de Moçambique*, realizado em Mbeya, Tanzânia, e documentado em *A Voz da Revolução* de 1966, também analisa a relevância da mulher no movimento de libertação.

A pesquisa destaca ainda os trabalhos de Celina Cossa, que em *A Mulher na Reconstrução Nacional*, publicado nos *Estudos Moçambicanos* número 14, analisa o processo de cooperativização e a participação feminina na vida política, utilizando como estudo de caso

as Zonas Verdes de Maputo. A autora demonstra como a integração das mulheres nas atividades políticas e produtivas transformou a sociedade e redefiniu o papel feminino.

Outros documentos essenciais incluem *Voz da Revolução nº 68*, publicado pelo Departamento do Trabalho Ideológico da Frelimo em 1979, que retrata a inserção feminina na luta a partir de 25 de setembro de 1964, desde os primeiros combates até a criação de organizações femininas como a DF, LIFEMO e OMM. Também são relevantes os documentos da *IIª Conferência da Organização da Mulher Moçambicana*, realizada em novembro de 1976, que enfatizam a formação política e militar das mulheres e a evolução das questões de gênero dentro da luta armada. O papel simbólico da mulher combatente é abordado pela Frente de Libertação de Moçambique em diversas publicações, como *Dia da Mulher Moçambicana*, publicado em *A Voz da Revolução* de 1974, e *Depois dos Massacres de Mucumbura*, de 1972, que retrata as sobreviventes do massacre na província de Tete.

Entre as análises antropológicas, destaca-se *Os Macondes de Moçambique. Vida Social e Ritual*, de Jorge e Margot Dias, que examina a participação da mulher maconde na luta de libertação, especialmente no período de transição para a independência nacional. Também merece menção *A Mulher Moçambicana no Processo de Libertação*, de Barbara Isaacman e June Stephen, que, com base em dados estatísticos, avalia as conquistas legais femininas tanto na luta armada quanto no período pós-independência.

As reflexões de Samora Machel são amplamente citadas nesse contexto. Em *A Luta Continua: Antologia da Frelimo*, publicado em 1973, ele declara que "a libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia de sua continuidade e condição de seu triunfo". Em outros textos, como *Engajar a Mulher na Edificação da Base Ideológica para a Construção da Sociedade Socialista*, publicado na *Revista Tempo* em 1976, Machel analisa o papel feminino na luta e seu impacto na estruturação da nova sociedade.

Finalmente, a coletânea *Memórias da Revolução 1962-1974*, publicada em 2011, reúne entrevistas de combatentes, destacando figuras como Henriqueta João, Marina Pachinuampa, Filomena Nacheque e Paulina Mateus, mulheres que deram suas vidas pela libertação de Moçambique. O livro *A Vida do Casal Pachinuapa*, de Raimundo Pachinuapa e Marina Manguedye, publicado em 2009, também faz uma retrospectiva histórica do casal no período da luta armada.

Além dessas contribuições, o debate sobre as cotas (mecanismos de ação afirmativa para garantir a representação feminina na política e em espaços de decisão) também se insere na discussão sobre o papel das mulheres no pós-independência. A implementação de cotas na política moçambicana foi um avanço na promoção da igualdade de gênero, refletindo a continuidade da luta feminina por direitos e participação ativa na sociedade. Essas medidas contribuíram para o aumento do número de mulheres no Parlamento e em cargos governamentais, consolidando os avanços conquistados desde a luta armada. Essas obras evidenciam que a participação da mulher na Luta Armada de Libertação Nacional não foi apenas um elemento marginal, mas um fator determinante no sucesso da revolução, sendo essencial para a construção da nova sociedade moçambicana.

Considerações Finais

A análise da historiografia sobre a participação feminina na Luta Armada de Libertação Nacional de Moçambique revela que, apesar da presença ativa das mulheres no conflito, sua atuação foi frequentemente minimizada ou reduzida a papéis secundários. As narrativas predominantes enfatizam as lideranças masculinas, relegando as mulheres ao suporte logístico, educacional ou sanitário, o que reflete uma construção histórica marcada por desigualdades de gênero. No entanto, estudos mais recentes têm buscado resgatar essas trajetórias, evidenciando a pluralidade das experiências femininas no processo de descolonização.

A partir da revisão bibliográfica, observa-se que a construção dessas narrativas foi influenciada por desafios metodológicos, incluindo a escassez de fontes e a resistência em reconhecer plenamente a atuação das mulheres na luta. A incorporação de abordagens feministas e de gênero tem permitido uma releitura mais crítica e abrangente, ressaltando a agência feminina na guerra e na transformação social. O reconhecimento dessas contribuições não apenas enriquece o campo historiográfico, mas também fortalece a memória coletiva de Moçambique, promovendo uma visão mais inclusiva do passado.

Portanto, é fundamental que futuras pesquisas continuem ampliando o debate sobre o papel das mulheres na luta de libertação, explorando novas fontes e metodologias que possibilitem uma reconstrução mais equitativa da história. A valorização dessas trajetórias não

se restringe apenas ao resgate do passado, mas também contribui para o fortalecimento das lutas contemporâneas por igualdade de gênero e justiça social. Assim, revisitar essas narrativas não é apenas um exercício historiográfico, mas também um compromisso com a construção de uma memória nacional que reconheça o protagonismo feminino na libertação de Moçambique.

Referências

CASIMIRO, Isabel Maria. Construindo uma teoria de gênero em Moçambique. In: **Estudos Moçambicanos**, n. 11-12. Maputo: UEM, 1992. p. 97-110.

CASIMIRO, Isabel Maria. **Paz na terra, guerra em casa: Feminismo e organizações de mulher em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2004. 297p.

CASIMIRO, Isabel Maria. **Transformações nas relações homem-mulher em Moçambique, 1960-1974**. Maputo: UEM, 1986.

COSSA, Celina. A mulher na reconstrução nacional. In: **Estudos Moçambicanos**, n. 14. Maputo: UEM, 1986.

DEPARTAMENTO DO TRABALHO IDEOLÓGICO DA FRELIMO. **Voz da Revolução**, n. 68. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico, 1979.

DEPARTAMENTO DO TRABALHO IDEOLÓGICO. **História da Frelimo**. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico, 1980. 30p.

DIAS, Jorge; DIAS, Margot. Os Macondes de Moçambique: Vida social e ritual. In: OSÓRIO, Conceição (Org.). **Estudos Moçambicanos**, n. 14. Lisboa, 1994.

EARTHY, Dora. Valange women. In: OSÓRIO, Conceição (Org.). **Estudos Moçambicanos**, n. 14. Londres, 1968. p. 165-178.

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE. **7 de abril: Dia da Mulher Moçambicana**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.

ISAACMAN, Barbara; STEPHEN, June. **A mulher moçambicana no processo de libertação nacional**. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984.

ISAACMAN, Barbara; STEPHEN, June. **Moçambique: A mulher, a lei e a reforma agrária**. Addis Abeba: Centro de Pesquisa e de Formação para Mulher, 1981.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático de linguagem sociológica**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

MACHEL, Samora. A liberdade não é uma concessão, a liberdade é uma conquista. **Jornal Notícias**, Maputo, n. 16798-16885, 1976. p. 1.

MACHEL, Samora. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da revolução. **Revista Tempo**, n. 87, Maputo, 1976.

MACHEL, Samora. **A luta continua**: Antologia da Frelimo. Lisboa: Afrontamento, 1974.

MACHEL, Samora. Análise da situação da mulher. **Jornal Notícias**, Maputo, n. 16798-16885, 1976. p. 1-7.

MACHEL, Samora. Engajar a mulher na edificação da sociedade socialista. **Revista Tempo**, n. 320-321, Maputo, 1976. p. 16-17.

MACHEL, Samora. The role of women in the struggle. In: **The Mozambican Woman**. [S.l.]: British, 1974.

MATUSSE, Malique. **Josina Machel**: Ícone da emancipação da mulher moçambicana. Maputo: ARPAC, 2008.

MEMÓRIAS DA REVOLUÇÃO. **1962-1974**. Vol. I. Maputo, 2011. p. 67-79.

ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA. **Documentos da 11ª Conferência da Organização da Mulher Moçambicana, realizada de 10 a 17 de novembro de 1976**. Maputo: OMM, 1981.

PACHINUAPA, Raimundo; MANGUEDYE, Marina. **A vida do casal Pachinuapa**. Maputo: Jv Editores, 2009.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. **Imprensa de Moçambique**, 1976.

TRINDADE, João; N'KUTUMULA, Alberto. Crimes contra a honestidade: Os tipos legais no Código Penal vigente, perspectivas de integração na futura lei penal moçambicana. In: **Estudos Moçambicanos**, n. 14. Maputo: CEA, 1986.